

## Atuação do fonoaudiólogo na gestão em saúde pública em um Estado da região sul do Brasil

The role of the speech-language pathologist in public health management in a State in the southern region of Brazil

### Thayze Maria Marques Torbes

Fonoaudióloga com especialização em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul; Grupo Hospitalar Conceição (fonoaudióloga), Porto Alegre, RS, Brasil; E-mail: thayze.torbes@ghc.com.br; ORCID: 0000-0003-1284-5134.

### Marília Ache Carlotto Brum Santos

Fonoaudióloga com especialização em Motricidade Orofacial pelo CEFAC. Mestranda em Saúde da Criança e do Adolescente no Programa de Pós-Graduação em Pediatria da UFRGS; Secretária Estadual de Saúde (especialista em saúde na Política de Saúde da Criança e do Adolescente), Porto Alegre, RS, Brasil; E-mail: marilia-carlotto@saude.rs.gov.br; ORCID: 0000-0001-8559-5290.

### Giovana Sasso Turra

Fonoaudióloga com doutorado em Ciências Médicas pela UFRGS; Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (tutora, pesquisadora e docente), Porto Alegre, RS, Brasil; E-mail: giovana-turra@saude.rs.gov.br; ORCID: 0000-0003-3388-8678.

**Resumo: Objetivo:** Documentar a atuação do fonoaudiólogo na gestão em saúde pública em um Estado da região sul do Brasil, apresentando o perfil dos profissionais e suas atribuições nos setores em que atuam. **Metodologia:** Estudo transversal de investigação quantitativa e qualitativa, realizado através de um questionário virtual e autoaplicável, contendo 14 questões relacionadas ao perfil profissional e às atividades realizadas por fonoaudiólogos inseridos na gestão em saúde. As metodologias utilizadas para análise de dados foram análise descritiva e análise de conteúdo. **Resultados:** Participaram 20 profissionais, todas do gênero feminino, 40% na faixa etária entre 31 e 40 anos, com vínculo empregatício de concursada (100%). A inserção das profissionais iniciou em 1998, concentrando-se nos anos de 2014 e 2015. A maioria iniciou na Macrorregião Metropolitana (45%), sem experiência prévia com gestão em saúde pública (80%). As atribuições citadas foram: regulação de exames e consultas em especialidades, trabalho interdisciplinar e intersetorial, realização de educação em saúde para profissionais e usuários, coordenação de políticas públicas em saúde, planejamento e monitoramento de ações de saúde. A política pública mais citada foi a Saúde da Pessoa com Deficiência, especialmente, na área de Reabilitação Auditiva. **Conclusões:** O perfil profissional encontrado no estudo foi de fonoaudiólogas concursadas com idade entre 31 e 40 anos que estavam atuando com coordenação, regulação e planejamento na gestão em saúde. A presença desse profissional na equipe gestora é essencial para fomentar e trazer visibilidade para a Fonoaudiologia no âmbito da Saúde Pública.

**Palavras-chave:** Gestão em Saúde; Fonoaudiologia; Sistema Único de Saúde; Saúde Pública.

**Abstract: Objective:** To document the role of the speech therapist in public health management in a state in the southern region of Brazil, presenting the profile of the professionals and their attributions in their work sectors. **Methods:** Cross-sectional study of quantitative and qualitative investigation, carried out through a virtual and self-administered questionnaire. It contains 14 questions related to the professional profile and activities carried out by speech therapists working in health management. The methodologies used for data analysis were descriptive and content analysis. **Results:** 20 professionals participated, all female, 40% aged between 31 and 40 years old, with a government employment contract (100%). The inclusion of these professionals began in 1998, focusing on the years 2014 and 2015. Most started in the Metropolitan Macro-region (45%), without previous experience with public health management (80%). The attributions cited were: regulation of examinations and consultations in specialties, interdisciplinary and intersectoral work, carrying out health education for professionals and users, coordination of public health policies, planning and monitoring of health actions. The most cited public policy was the Health of Persons with Disabilities, especially in the area of Hearing Rehabilitation. **Conclusions:** The professional profile found in the study was that of speech therapists aged between 31 and 40 years old who were working with coordination, regulation, and planning in health management. The presence of this professional in the management team is essential to promote and bring visibility to speech-language pathology and audiology within the scope of public health.

**Keywords:** Health Management; Speech, Language and Hearing Sciences; Unified Health System; Public Health.

## Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS), consolidado e regulamentado pelas Leis n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990<sup>1</sup> e n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990,<sup>2</sup> é fundamentado em princípios doutrinários de universalidade, equidade e integralidade; e organizativos de hierarquização (estruturado em níveis de complexidade crescente), regionalização, descentralização e participação social. Os profissionais atuantes no SUS, realizam ações e serviços com enfoque na promoção, proteção e recuperação da saúde da população.<sup>1-3</sup>

A regionalização, resumidamente, tem como objetivo constituir uma integração entre a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde em agrupamentos de Municípios limítrofes, denominados Regiões de Saúde.<sup>4</sup> De acordo com o princípio organizativo da descentralização, a gestão do SUS ocorre com direção única em cada esfera do governo, ou seja, cada esfera possui um gestor local (municipal, estadual e federal), responsável pela organização e funcionamento do SUS de acordo com seus princípios e diretrizes. Os gestores dispõem de apoio da equipe gestora (integrada por profissionais de diversas categorias, podendo incluir o fonoaudiólogo) que desempenha um papel estratégico na gestão das ações e serviços de saúde. As competências acerca da gestão são distribuídas e compartilhadas entre estas três esferas de governo (União, Estados e Municípios), que são autônomas e corresponsáveis pelo financiamento e gestão em sua respectiva Região de Saúde.<sup>1,4-7</sup>

Por meio do Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011,<sup>4</sup> buscou-se reforçar os aspectos relacionados à organização e à gestão do SUS, indicando-se a necessidade de cumprir o que é preconizado na legislação. Nele, evidencia-se a organização das relações interfederativas e a efetivação das Comissões Intergestores (Tripartite, Bipartite e Regional), onde os gestores de cada esfera de governo deverão pactuar a organização e o funcionamento das ações e serviços de saúde integrados em Redes de Atenção à Saúde (RAS), fortalecendo a gestão compartilhada do SUS.<sup>4,8</sup> Dados da literatura apontam que a descentralização reduziu a fragmentação das ações em saúde, promovendo a implementação de ações intersetoriais integradas ao fortalecer a parceria entre as esferas de governo (cogestão). Esse aspecto demonstra grandes avanços no processo de instituição do SUS, desconstruindo o modelo centralizado de assistência e gestão na saúde.<sup>5</sup>

Em um estudo sobre o perfil de profissionais atuantes na gestão em saúde, realizado no Estado do Ceará, relatou-se a presença de diversos profissionais de diferentes áreas da saúde. Dentre elas, foi citada a fonoaudiologia, mesmo que em menor número em relação a outras profissões, tais como: medicina, enfermagem, odontologia, farmácia e fisioterapia.<sup>8</sup> A fonoaudiologia é uma profissão regulamentada pela Lei Federal n.º 6.965, de 9 de dezembro de 1981,<sup>9</sup> que define esse profissional como atuante em “pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica nas áreas de comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de voz e fala”.

Desta forma, a prática fonoaudiológica perpassa todo o ciclo vital, envolvendo uma atuação em diferentes fases da vida dos indivíduos, desde o recém-nascido até a pessoa idosa.<sup>10,11</sup> Dentre as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), consta a saúde coletiva, disposta na Resolução CFFa n.º 320, de 17 de fevereiro de 2006.<sup>12</sup> A especialidade é descrita como um campo voltado para a construção de estratégias de planejamento e gestão em saúde, no campo fonoaudiológico, a fim de intervir nas políticas públicas e atuar na atenção à saúde com ações de promoção, prevenção, educação e intervenção.

Essa é uma área recente para a fonoaudiologia, tendo em vista que o início das atividades de fonoaudiólogos no sistema público de saúde se deu entre as décadas de 70 e 80, com poucos profissionais e uma prática centrada na reabilitação. Durante o processo de inserção no SUS, os fonoaudiólogos evoluíram em suas práticas, ampliando o espaço de atuação em diversas políticas públicas e estendendo as possibilidades de cuidado à população, alcançando maior visibilidade desde o nível da atenção primária até a alta complexidade do cuidado em saúde.<sup>3,11,13-15</sup>

Isso é evidenciado num estudo sobre a evolução da oferta de fonoaudiólogos no SUS entre os anos de 2007 e 2016. Observou-se a presença desse profissional, atuante na saúde pública, em

diversas regiões do Brasil, sendo que os maiores indicadores de oferta foram nas Unidades Federativas (UF) das regiões sul e sudeste do Brasil.<sup>16</sup> Já em um estudo que analisou a oferta de fonoaudiólogos na Atenção Primária à Saúde (APS), os autores encontraram que a região sul do Brasil possuía a menor proporção de trabalho fonoaudiológico, em que 30% dos graduados na região atuavam na APS.<sup>17</sup> Desta forma, apesar de ser observado tal aumento da presença de profissionais na região sul do Brasil, a literatura mostra que ainda há um déficit na oferta de fonoaudiólogos no serviço público em relação ao quantitativo populacional e as demandas existentes nos territórios.<sup>17,18</sup>

Ainda que a inserção dessa profissão seja recente no âmbito da saúde pública, é possível encontrar estudos publicados que descrevem práticas relacionados à atuação fonoaudiológica no sistema público de saúde no que diz respeito às ações de promoção, prevenção e reabilitação em saúde.<sup>3,13-15,17</sup> Contudo, os autores de uma revisão de literatura referente à atuação do fonoaudiólogo no sistema público de saúde, concluíram que há uma baixa produção científica sobre essa temática, o que se articula com o déficit de profissionais fonoaudiólogos atuantes na rede pública de saúde no Brasil.<sup>15</sup> Em relação à atuação do fonoaudiólogo no planejamento e gestão em saúde pública, são encontrados menos estudos ainda, tornando-se uma temática com uma lacuna na literatura, apesar de fazer parte da definição das possíveis atribuições do fonoaudiólogo especialista em saúde coletiva.<sup>12</sup>

Posto isso, a presente pesquisa foi realizada pelo núcleo de Fonoaudiologia, de uma Residência Integrada em Saúde, com o objetivo de documentar a atuação do fonoaudiólogo na gestão em saúde pública em um Estado da região sul do Brasil, apresentando o perfil dos profissionais e suas atribuições nos setores em que atuam.

## Metodologia

Este trata-se de um estudo transversal de investigação quantitativa e qualitativa. Para a execução da pesquisa foi solicitado, ao setor de Recursos Humanos da respectiva Secretaria Estadual de Saúde, uma lista contendo os nomes, e-mails e telefones dos fonoaudiólogos vinculados à Gestão Estadual em Saúde Pública, compondo um total de 25 pessoas.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário autoaplicável estruturado pelas pesquisadoras, respondido de forma virtual pelos participantes. Este era composto por 14 questões (2 abertas e 12 fechadas) de resposta única e múltipla, relacionadas ao perfil profissional e às atividades realizadas por fonoaudiólogos inseridos na Gestão em Saúde Pública de um Estado da

região sul do Brasil durante o período de coleta de dados, que ocorreu nos meses de julho a novembro de 2020. A ferramenta empregada para elaboração e preenchimento do questionário foi o Google Forms.

Foram incluídos todos os que aceitaram participar do estudo e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos aqueles profissionais que estiveram afastados de suas atividades no período da pesquisa (1) ou que fizeram parte do estudo como pesquisadores (2). Do total de profissionais, dois não responderam ao questionário, sendo considerados como perda.

As respostas foram transferidas e codificadas no programa Microsoft Excel, onde os participantes foram categorizados com o código 'P' seguido de um número de 1 a 20, em ordem cronológica de preenchimento do questionário (por exemplo, o primeiro participante foi codificado como 'P1'). Para as variáveis quantitativas, foi realizada análise descritiva, apresentadas por meio de frequências e porcentagens.

A metodologia de análise de conteúdo<sup>20,21</sup> foi utilizada para as questões abertas, sendo executada de acordo com as seguintes etapas: pré-análise e exploração do conteúdo; sistematização das respostas e seleção das categorias a serem analisadas, classificando os elementos (termos e expressões) de acordo com suas semelhanças e diferenças; e, por fim, verificação da frequência de ocorrência destes nas respostas dos participantes.

O contato com todos os profissionais se deu por e-mail, onde foi encaminhado o convite para participação da pesquisa junto ao questionário. Nos casos em que não se obteve retorno do contato por e-mail, foi realizado contato por telefone convidando o profissional a participar do estudo.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde da instituição de origem, sob o parecer de número 4.085.087, seguindo os princípios éticos contidos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

## Resultados

No que se refere ao perfil profissional dos participantes, pode-se enfatizar que todos são do gênero feminino (100%), está na faixa etária entre 31 e 40 anos (40%), trabalha em uma Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) (65%) com vínculo empregatício de concursada (100%), exercendo o cargo de Especialista em Saúde (95%) — nomenclatura do cargo desempenhado, não sendo, necessariamente, especialista na área. No momento em que foram inseridas em seus cargos,

iniciaram atuando na Macrorregião Metropolitana (45%). Nota-se que, ao longo dos anos, houve um movimento de redistribuição das profissionais para a Macrorregião Centro-Oeste, reduzindo discretamente a quantidade de fonoaudiólogas da Região Metropolitana (Tabela 1).

Com efeito, destaca-se que, entre os anos de 2014 e 2015, houve uma concentração de fonoaudiólogas que iniciaram o período de atuação na gestão em saúde (Figura 1). A minoria (20%) das participantes declarou ter tido algum tipo de contato com o tema de gestão em saúde antes de assumir a função e 5% das profissionais referiu não ter realizado alguma modalidade de pós-graduação e/ou especialização após a contratação (Tabela 2).

No Quadro 1, verifica-se as respostas das fonoaudiólogas para a pergunta aberta: 'você realizou alguma especialização e/ou pós-graduação? Se sim, descreva o tema de pesquisa?'. Os temas de estudo, respondidos pelas participantes, foram apresentados no eixo 'conteúdo', de acordo com a metodologia qualitativa utilizada. Cada participante pode ter respondido mais de uma opção de modalidade e tema. Por isso, observa-se a ocorrência de 21 temas diferentes de estudo, dos quais a maioria se concentrou na categoria especialização. Dentro dessa categoria, nota-se a maior ocorrência de temas relacionados à gestão em relação às demais categorias.

A última questão de resposta aberta foi: 'descreva as atribuições no seu setor de trabalho dentro da gestão em saúde do Estado'. Dentre as Políticas Públicas citadas pelas fonoaudiólogas, pode-se ressaltar que houve maior frequência da participação em coordenação e/ou atuação na Política de Saúde da Pessoa com Deficiência, com ênfase em ações, orientações e intervenções na Saúde Auditiva (Quadro 2). Nos relatos das participantes, observou-se que as funções desempenhadas não são bem delimitadas, o que tornou a categorização das respostas uma tarefa complexa. Isso pode ser observado num trecho da resposta de uma das participantes: "Não há atribuições escritas do que devo fazer" (P3).

Em diversas declarações, mais de uma categoria apareceu simultaneamente, com destaque nas de 'Regulação e Coordenação' que surgiram quase sempre juntas. Isso sugere que as profissionais desempenham tarefas que atravessam essas duas categorias, tendo em vista que a maioria é trabalhadora de uma CRS (Quadro 2).

O trecho de outra resposta de umas das participantes trata de forma clara e resumida o papel desempenhado pelo fonoaudiólogo na Regulação e engloba os relatos de muitas das profissionais, tornando-se pertinente e relevante trazer sua transcrição para os resultados desse estudo:

"A regulação inclui a organização dos fluxos de atendimentos dos serviços que são referência para atendimento da população desta CRS, a partir dos contratos

realizados entre Estado e prestadores de serviço do SUS. A partir destes contratos a regulação planeja, organiza a rotina mensal, ativa escalas de agendas, verifica se as cotas disponibilizadas estão dentro das cotas acordadas nos contratos e realiza a regulação de acesso aos usuários, incluindo aqui a distribuição por Programação Pactuada Integrada (PPI), com cotas para cada município segundo critério populacional. Além disso, se realiza o período de regulação/liquidação de consultas, quando são verificadas as vagas que ainda restam em cada mês e são redistribuídas conforme critérios de regulação de acesso em cada especialidade, evitando assim desperdício de recursos e otimizando as filas de espera para atendimentos” (P15).

## Discussão

A gestão em saúde pública possibilita que o SUS funcione em todos os seus níveis de atenção, a fim de qualificar o sistema de saúde, tornando-se essencial para o desenvolvimento de ações.<sup>22,23</sup> Alguns autores relatam que as tarefas desempenhadas pelo gestor e/ou equipe gestora se desenvolvem em “dimensões políticas, técnicas e administrativas”, englobando aspectos que partem da elaboração de planos e metas para a organização de projetos até o diagnóstico, conclusão e planejamento de ações para proporcionar qualidade de vida à população.<sup>5,23</sup>

De acordo com a presente pesquisa, a partir do ano de 1998 foi iniciada a inserção da fonoaudiologia no âmbito de gestão em saúde pública num Estado da região sul do Brasil, contudo, encontra-se baixa produção científica a respeito das funções que esse profissional desempenha nesse contexto. Os achados do estudo se mostraram relevantes ao descrever as práticas desempenhadas pelo fonoaudiólogo estando inserido na área da gestão em saúde, produzindo um espaço para documentar e fomentar a importância da presença e atuação desse profissional na gestão em saúde. Nesse sentido, não se tem o intuito de esgotar a discussão acerca da temática, mas sim, introduzi-la, contribuindo com informações pertinentes e de caráter inovador ao gerar conhecimento acadêmico para as áreas da fonoaudiologia e saúde pública.

Em relação ao predomínio do gênero feminino nessa pesquisa, os achados da literatura demonstram a maior ocorrência de profissionais mulheres na área da saúde, inclusive na gestão.<sup>5-7,24,25</sup> Ainda, diversos estudos evidenciam a maior concentração de profissionais do gênero feminino na fonoaudiologia.<sup>11,15,19,24,26,27</sup> Em um estudo realizado com o objetivo de identificar a equipe gestora da Macrorregião Norte do Paraná, as autoras relataram que a maioria dos participantes era do gênero feminino.<sup>6</sup> Outros estudos, que investigaram o perfil dos gestores municipais em determinadas regiões, também identificaram a maior ocorrência de mulheres ocupando o cargo de gestão, apontando uma tendência crescente da feminização na gestão do SUS.<sup>5,25</sup>



Quanto à idade, foram identificados estudos que mencionam uma média dentro ou próxima da faixa etária de maior ocorrência na presente pesquisa.<sup>6,24</sup> Também, outras pesquisas relacionadas ao tema detectaram uma prevalência da faixa etária de 40 a 50 anos, estando de acordo com a segunda maior ocorrência observada na atual pesquisa.<sup>5,25</sup> Assim, os achados da literatura correspondem com o que foi apresentado na presente pesquisa até o momento.

No que se refere ao vínculo empregatício, um estudo, realizado com profissionais atuantes na gestão do SUS nas regiões da saúde do Estado do Ceará, revelou que os participantes mantinham um vínculo de caráter temporário, sobretudo, contratados e terceirizados, sendo a minoria (4,3%) concursado.<sup>8</sup> Esses dados divergem dos achados da presente pesquisa, no entanto, pode-se considerar que o vínculo empregatício mantido pelas participantes é positivo para a função exercida na gestão, tendo em vista que a relação de concursado sustenta uma continuidade do trabalho. Alguns autores relatam que o vínculo temporário pode romper a longitudinalidade quando o trabalhador é desligado. Assim como a inserção de novos servidores, inicialmente ocasiona uma fase de readaptação, provocando uma desorganização do serviço, mesmo que temporariamente.<sup>8</sup> Essa divergência encontrada pode estar relacionada ao fato de os estudos terem sido realizados com participantes de diferentes UF.

Outro ponto notável, identificado na presente pesquisa, é referente ao período de maior inserção de fonoaudiólogas na gestão em saúde. O resultado encontrado converge com um estudo que realizou uma análise da distribuição de fonoaudiólogos que atendem ao SUS no Estado da Paraíba. Os autores constataram que houve um aumento, nos anos de 2010 a 2014, de fonoaudiólogos atuantes no SUS. Eles argumentaram que o resultado encontrado poderia ter relação com os programas e políticas públicas, que passaram a ser implementadas de forma efetiva a partir do ano de 2010.<sup>3</sup> Mesmo que o estudo em questão tenha um olhar mais voltado para a assistência fonoaudiológica no contexto do SUS, pode-se refletir que, a partir desses anos em que o número de fonoaudiólogos aumentou na área da assistência, a profissão começou a ser mais vista no âmbito da saúde pública, podendo ter impactado numa maior visibilidade da profissão na esfera de gestão.

Acerca disso, de acordo com alguns autores, iniciar a atuação no cargo de gestão pode ser algo desafiador se o indivíduo não conhece a população assistida, as dinâmicas e organização do serviço, as rotinas e as atividades desenvolvidas. Esses são conhecimentos importantes para a equipe gestora se apropriar.<sup>6</sup> Na presente pesquisa, as participantes relataram ter mais experiência na assistência em saúde, no campo da fonoaudiologia, antes de ingressar no cargo de gestão. Nesse sentido, os mesmos autores mencionam que ter uma experiência prévia ao cargo de gestão, mesmo



que seja na assistência, pode favorecer a atuação do profissional no desempenho da sua função, tendo em vista que a experiência na área da saúde é importante para compor uma equipe da gestão em saúde.<sup>6</sup>

Assim como pode ser favorável para o profissional dispor de conhecimento prévio para o exercício de suas funções na equipe gestora, realizar aprimoramentos em relação à temática do campo de trabalho também qualifica a execução das tarefas no serviço. Num estudo que demonstrou o perfil de qualificação profissional nas regiões de saúde do Estado do Ceará, foram verificados os cursos, capacitações e treinamentos que a equipe recebeu. Dentre estes, destacaram-se os seguintes temas de estudo: atualização sobre o papel do coordenador da atenção básica; aperfeiçoamento em regulação, avaliação e auditoria; e especialização em gestão do SUS.<sup>8</sup> Esses dados convergem com o encontrado no presente estudo, em que as participantes relataram ter realizado cursos de especialização e/ou pós-graduação. Isso sugere uma preocupação das profissionais em buscar conhecimento acerca da sua área de atuação, tendo em vista que a maior parte dos temas, em geral, envolveu as áreas de saúde pública e gestão.

Por outro lado, em relação à formação profissional durante a graduação, alguns autores apontam a necessidade da realização de uma formação com a intenção de preparar trabalhadores para atuar e fortalecer o SUS, tendo em vista a existência de problemas relacionados à formação em saúde, que ainda não foram superados, perpetuando uma formação inadequada para a atuação de futuros profissionais do sistema público de saúde.<sup>6,28</sup> Em conformidade com isso, um estudo que abordou a formação do fonoaudiólogo com ênfase na saúde coletiva, verificou que “a fonoaudiologia insiste numa formação conteudista e fragmentada, centrada no tecnicismo”. Os autores acrescentam que “o enfoque concedido à atuação prática do fonoaudiólogo continua sendo basicamente clínico”.<sup>14</sup> Este modelo favorece uma formação voltada para o saber curativista em relação às práticas de proteção e promoção da saúde que permeiam a saúde pública, estimulando a reprodução de profissionais cada vez mais tecnicistas.<sup>29</sup> Desta forma, o resultado é de uma formação que se torna incipiente para capacitar a atuação de fonoaudiólogos no contexto do SUS, assim como para instrumentalizá-los para a gestão de sistemas e serviços de saúde.<sup>22</sup>

Autoras de um estudo recente,<sup>22</sup> ressaltaram que, durante a graduação de fonoaudiologia, são realizadas vivências acerca das diversas especialidades da profissão, contudo, a atuação na especialidade de saúde coletiva com enfoque na gestão em saúde pública não é experienciada, sobretudo, no que se refere ao planejamento de ações nas políticas públicas e na regulação de usuários dos serviços de saúde. Outra investigação reforçou que houve um percentual pequeno de participantes em seu estudo com formação em gestão, semelhante ao encontrado na presente

pesquisa, apesar de existirem diretrizes curriculares para que todos os cursos da área da saúde preconizem a formação de competências e habilidades relacionadas com a gestão em saúde pública.<sup>5</sup>

Em concordância com essas pesquisas, um trabalho relativo à fonoaudiologia na gestão do SUS, trouxe dados quanto às perspectivas de estudantes de graduação de dois cursos de fonoaudiologia e de fonoaudiólogos inseridos no setor de gestão. A maioria dos graduandos referiu ter conhecimento sobre as atribuições do fonoaudiólogo na gestão, mas não tiveram experiência que pudesse auxiliar na prática numa possível atuação nesse setor. Já os profissionais mencionaram que os conteúdos de gestão, apresentados durante a graduação, foram muito superficiais, trazendo dificuldades no desenvolvimento de funções na gestão.<sup>30</sup>

Os resultados do presente trabalho, quanto à experiência profissional prévia ao cargo de gestão e às especializações realizadas pelas participantes, demonstram uma defasagem em relação à formação do fonoaudiólogo no contexto da gestão em saúde, dado que é consenso entre os autores de estudos encontrados na literatura, tanto na área da fonoaudiologia quanto em outras profissões da saúde.<sup>5,6,14,22,28-31</sup> Esta lacuna na formação do fonoaudiólogo é refletida nas possibilidades de atuação do profissional, o que dificulta a inserção nos ambientes de gestão em saúde. Pode-se ponderar que o fonoaudiólogo, ao estar integrado nas mais diversas Políticas de Saúde Pública, no âmbito da gestão em saúde, proporciona maior visibilidade da profissão na assistência, que apesar de estar aumentando, ainda é incipiente, como já discutimos neste tópico. Ao explorar as mais vastas possibilidades de conhecimento, o profissional realizará intervenções e serviços mais qualificados a serem prestados para a população. Diante disso, os dados do presente estudo sugerem que as participantes passaram por um processo de aprendizagem, durante o exercício de trabalho, sobre as funções e a atuação na gestão em saúde, buscando cursos e/ou especializações acerca da temática.

No que se refere à atuação na gestão em saúde pública, os relatos descritos na literatura, em estudos semelhantes, estão de acordo com os achados da presente pesquisa. Dentre eles, são descritas atividades relacionadas à responsabilidade pelos sistemas de informação, uma vez que a alimentação desse instrumento é essencial para o repasse de recursos aos municípios. Outro ponto exposto foi a função de regulação de exames e consultas especializadas, caracterizada como uma demanda complexa que abrange frequente articulação entre a equipe gestora e a RAS.<sup>6,22</sup> Autores de uma pesquisa recente afirmam que a regulação do acesso à saúde “deve ser realizada por profissionais que tenham conhecimento para reconhecer a real necessidade das demandas dos

usuários e aplicarem o princípio da equidade”. Desta forma, “com o olhar especializado, as políticas públicas podem ser melhoradas e ampliadas”.<sup>24</sup>

Além disso, foram citadas as funções de planejamento e avaliação das ações e serviços de saúde. Preconiza-se que o planejamento em saúde seja realizado em equipe, um desafio que exige constante atenção por parte do gestor e equipe gestora. O objetivo deve ser visar o trabalho em equipe e a capacitação multidisciplinar, a fim de integrar os atores envolvidos nos serviços de saúde e contribuir com a promoção da saúde.<sup>6,32</sup>

Um relato de experiência referente à atuação do fonoaudiólogo na gestão de políticas públicas, retratou o envolvimento da gestão em saúde pública em diversas políticas e ações em saúde, dentre elas a Política Nacional de Assistência à Saúde da Pessoa com Deficiência.<sup>22,34</sup> As autoras descrevem as práticas fonoaudiológicas no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)<sup>33</sup>, que englobam gestão e regulação de acesso aos usuários por meio das Redes de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual e Estomias, ações quanto à Triagem Auditiva Neonatal, a assistência multiprofissional e interdisciplinar, aspectos que também foram citados pelas participantes da presente pesquisa.<sup>22</sup>

A presença do fonoaudiólogo na gestão em saúde pública rompe com o modelo hegemônico presente na área da saúde, em que a participação de uma equipe multidisciplinar, com experiência na área da saúde, é fundamental na garantia da integralidade e da longitudinalidade do cuidado em saúde. Alguns autores pautam que “é necessário a gestão da saúde perceber a importância da atuação do fonoaudiólogo para a qualidade de vida da população”.<sup>3,5</sup> Posto isso, pode-se refletir que o fonoaudiólogo inserido na equipe gestora traz maior visibilidade para a profissão e contribui para a qualidade da assistência à saúde da população.

Cabe contextualizar que esse estudo apresentou como limitação o fato de ser representativo de apenas uma UF do Brasil. Consideramos que os dados evidenciados neste trabalho são o ponto de partida para mais estudos na área, com um número maior de participantes e de UF. Desta forma, sugere-se a realização de mais pesquisas sobre esse tema, a fim de qualificar a atuação fonoaudiológica na especialidade de Saúde Coletiva e promover a qualidade da assistência à saúde da população.

### Considerações finais

Nesta pesquisa, o perfil das participantes concentrou-se em 20 fonoaudiólogas, todas do gênero feminino, estando a maioria na faixa etária entre 31 e 40 anos, trabalhando numa CRS com vínculo

empregatício de concursada. A inserção do trabalho na gestão iniciou em 1998, tendo aumentado nos anos de 2014 e 2015, sendo que a maioria iniciou na Macrorregião Metropolitana sem experiência prévia com gestão em saúde pública.

Ao longo do estudo, observou-se que são diversos os setores em que o profissional pode estar inserido na esfera da gestão estadual. Contudo, destacou-se a ocorrência frequente de mais de uma categoria aparecendo em conjunto no relato das participantes, sobretudo, coordenação e regulação, sugerindo que as profissionais não tenham funções bem delimitadas e desempenham diversas atividades em seu exercício de trabalho. Dentre essas atividades, pode-se citar: a regulação de acesso à RCPD, regulação de exames e consultas em especialidades, trabalho interdisciplinar e intersetorial, realização de educação em saúde para profissionais e usuários, coordenação de políticas públicas em saúde, planejamento e monitoramento das ações de saúde.

Considerando que não se encontram muitos estudos publicados em relação à Fonoaudiologia e suas práticas na gestão em saúde pública, os achados dessa pesquisa devem contribuir com informações importantes com respeito à atuação do fonoaudiólogo na gestão em saúde pública em um estado da região sul do Brasil. Pode-se considerar que a presença desse profissional na equipe gestora é essencial para fomentar e trazer visibilidade para a Fonoaudiologia no âmbito da Saúde Pública.

## Referências

<sup>1</sup> Brasil. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1990 Set 20.

<sup>2</sup> Brasil. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1990 Dez 31.

<sup>3</sup> Silva LJM, Castro RD, Cruz ECFR, Macedo MLM, Luckwu-Lucena BT. Distribuição dos fonoaudiólogos que atendem ao SUS no Estado da Paraíba, Brasil. Rev. Bras. Ciênc. Saúde [Internet]. 2017 [citado 21 abr 2022];21(4):299-306. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/299-306>.

<sup>4</sup> Brasil. Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2011 Jun 29.

<sup>5</sup> Acari JM, Barros APD, Rosa RS, Marchi R, Martins AB. Perfil do gestor e práticas de gestão municipal no Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com porte populacional nos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Ciênc. Saúde Colet [Internet]. 2020 [citado 27 abr 2022];25(2):407-420. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/141381232020252.13092018>.

- <sup>6</sup> Bonfin MCB, Nunes EFPA, Mendonça FF, Carvalho BG. Equipe gestora de municípios de pequeno porte na região Norte do Paraná. *Rev. Saúde Pública Paraná (Online)* [Internet]. 2016 [citado 23 abr 2022];17(2):85-92. Disponível em: <https://espacoparasauade.fpp.edu.br/index.php/espacosauade/article/view/288/7>.
- <sup>7</sup> Mendonça FF, Melo TM, Carvalho MN, Carvalho BG. Atuação do enfermeiro na equipe gestora de saúde em municípios de pequeno porte. *R. Saúde Públ.* [Internet]. 2018 [citado 12 mai 2022];1(2):118-128. Disponível em: <http://revista.escoladesauade.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/61>.
- <sup>8</sup> Moura DCN, Pinto JR, Aragão AEA. Perfil dos profissionais atuantes na gestão em saúde frente ao novo modelo de reorganização do SUS: a regionalização. *Tempus (Brasília)*. [Internet]. 2016 [citado 23 out 2021];10(1):75-93. Disponível em: <https://doi.org/10.18569/tempus.v10i1.1577>.
- <sup>9</sup> Brasil. Lei n.º 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. *Diário Oficial da União*. 1981 Dez 10.
- <sup>10</sup> Noronha MSM, Rodrigues BS. O trabalho do fonoaudiólogo na atenção primária à saúde. *Rev. Aten. Saúde*. [Internet] 2018 [citado 21 abr 2022];16(56):40-47. Disponível em: [https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/view/4988](https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/4988).
- <sup>11</sup> Lara JAA, Filho CCS, Souza CR, Tombini LHT, Belaunde AMA. Os saberes sobre a Fonoaudiologia entre os viventes do Projeto VER-SUS: fortalecendo vínculos para a questão interdisciplinar. *Sau. & Transf. Soc.* [Internet] 2020 [citado 23 abr 2022];11(2):47-57. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/5532>.
- <sup>12</sup> Brasil. Resolução CFFa n.º 320, de 17 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 2006 Mar 17.
- <sup>13</sup> Nascimento CL, Nakamura HY. Fonoaudiologia no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo. *Distúrb. comun.* [Internet] 2018 [citado 23 abr 2022];30(1):179-185. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2018v30i1p179-185>.
- <sup>14</sup> Lourinho LA, Catrib AMF, Brilhante AVM, Moreira C, Jorge MSB. A formação do fonoaudiólogo e a sua interlocução com a Saúde Coletiva: percepções dos docentes e discentes. *Rev. Bras. Pesq. Saúde*. [Internet] 2018 [citado 27 abr 2022];20(3):17-25. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/24496>.
- <sup>15</sup> Relly CD, Tomiasi A, Cassol K, Romero G, Topanotti J. Atuação fonoaudiológica no sistema público de saúde: revisão de literatura. *Fag. Journal of Health*. [Internet] 2019 [citado 15 jan 2021];1(1):212-231. Disponível em: <https://fjh.fag.edu.br/index.php/fjh/article/view/12>.
- <sup>16</sup> Silva RPM, Nascimento CMB, Miranda GMD, Silva VL, Lima MLLT, Vilela MBR. Evolução da oferta de Fonoaudiólogos no SUS: um estudo sobre a correlação com os indicadores sociais no Brasil na última década. *CoDAS*. [Internet] 2021 [citado 23 abr 2022];33(2):e20190243. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202019243>.
- <sup>17</sup> Rech RS, Hugo FN, Schmidt JG, Goulart BNG, Higert JB. Speech-language therapy offer and primary health care in Brazil: an analysis based on socioeconomic development. *CoDAS*. [Internet] 2019 [citado 23 abr 2022];31(1):e20180083. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20182018083>.
- <sup>18</sup> Bartz DW. Análise da distribuição do profissional fonoaudiólogo no serviço público dos municípios do Rio Grande do Sul [monografia]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2019.
- <sup>19</sup> Chiodetto LVAP, Maldonade IR. Atuação do profissional e desafios da prática fonoaudiológica em rede de saúde pública municipal. *Distúrb. comun.* [Internet] 2018 [citado 23 abr 2022];30(4):688-704. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/d4Xvfr8C5KjBBqVWrzHKfqr/?format=pdf&lang=pt>.
- <sup>20</sup> Celín SH, Gobbi FHA, Lemos SMA. Fonoaudiologia e humanização: percepção de fonoaudiólogas de um hospital público. *Rev. CEFAC*. [Internet] 2012 [citado 10 out 2020];14(3):516-527. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/d4Xvfr8C5KjBBqVWrzHKfqr/?format=pdf&lang=pt>.

- <sup>21</sup> Bardin L. Translation: Reto, LA. Análise de conteúdo. 1rs ed. São Paulo: Edições 70; 2016.
- <sup>22</sup> Lopes BM, Fabricio MF, Veras C, Bonamigo AW. Atuação fonoaudiológica na gestão de políticas públicas: ênfase na reabilitação auditiva. *Saúde Redes*. [Internet] 2019 [citado 13 set 2020]; 5(2):143152. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2019v5n2p143-152>.
- <sup>23</sup> Pessoa DLR, Ramos ASMB, Dias AMC, Souza IBJ, Rêgo AS, Gonzaga LJB. Os principais desafios da gestão em saúde na atualidade: revisão integrativa. *Braz. J. Hea. Rev.* [Internet] 2020 [citado 26 abr 2022];3(2):3413-3422. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/8949/7640>.
- <sup>24</sup> Thomazi ABO, Gonçalves MS, Fedosse E. Saúde auditiva nas Coordenadorias Regionais de Saúde do estado do Rio Grande do Sul: regulação de acesso, desafios e perspectivas. *Audiol., Commun. Res.* [Internet] 2022 [citado 26 abr 2022];27:e2590. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2021-2590>.
- <sup>25</sup> Flôres GMS, Weigelt LD, Rezende MS, Telles R, Krug SBF. Gestão pública no SUS: considerações acerca do PMAQ-AB. *Saúde Debate*. [Internet] 2018 [citado 13 out 2020];42(116):237-247. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811619>.
- <sup>26</sup> Theissen HF. Perfil dos fonoaudiólogos atuantes no Rio Grande do Sul em 2015 [monografia]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2015.
- <sup>27</sup> Lima MGS, Mourão AM, Couto EAB, Vicente LCC. Perfil e trajetória profissional dos fonoaudiólogos egressos de um programa de residência multiprofissional. *Audiol. Commun. Res.* [Internet] 2021 [citado 26 abr 2022];26:e2535. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2021-2535>.
- <sup>28</sup> Machado MH, Ximenes FRG Neto. Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde no SUS: trinta anos de avanços e desafios. *Ciênc. Saúde Colet.* [Internet] 2018 [citado 26 out 2020];23(6):1971-1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.06682018>.
- <sup>29</sup> Correia TM, Telles MWP, Araújo MVR. A formação em saúde coletiva na visão de estudantes de graduação em Fonoaudiologia da UFBA. *Distúrb. Comun.* [Internet] 2018 [citado 26 abr 2022];30(4):679-687. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2018v30i4p679-687>.
- <sup>30</sup> Andrade MAF. A Fonoaudiologia na Gestão do SUS: perspectivas atuais [monografia]. João Pessoa (PB): Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ; 2018.
- <sup>31</sup> Arakawa AM, Sitta ÉI, Caldana ML, Machado MAMP. Gestão em saúde: o aprendizado e a formação acadêmica de estudantes de graduação. *Rev. CEFAC*. [Internet] 2013 [citado 18 set 2020];15(4):947-956. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462013000400024>.
- <sup>32</sup> Ferreira J, Celuppi IC, Baseggio L, Geremia DS, Madureira VSF, Souza JB. Planejamento regional dos serviços de saúde: o que dizem os gestores? *Saúde Soc.* [Internet] 2018 [citado 5 ago 2020];27(1):69-79. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170296>.
- <sup>33</sup> Brasil. Portaria n.º 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, 2012.
- <sup>34</sup> Peixoto MVS, Chaves SCL. Análise da implantação da política nacional de atenção à saúde auditiva em uma unidade federativa do Brasil. *CoDAS*. [Internet] 2019 [citado 28 set 2020];31(3):e20180092. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20182018092>.

## Tabelas

**Tabela 1.** Perfil profissional dos fonoaudiólogos atuantes no contexto de gestão em saúde de um Estado da região sul do Brasil

<b>Variáveis</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>		
Feminino	20	100
Masculino	0	0
<b>Faixa etária</b>		
20 a 30 anos	3	15
31 a 40 anos	8	40
41 a 50 anos	6	30
mais de 50 anos	3	15
<b>Macrorregião que iniciou a inserção na gestão em saúde</b>		
Região Metropolitana	9	45
Região Missioneira	3	15
Região Centro-Oeste	2	10
Região Sul	2	10
Região Norte	2	10
Região dos Vales	2	10
Região da Serra	0	0
<b>Macrorregião que trabalha atualmente</b>		
Região Metropolitana	7	35
Região Missioneira	3	15
Região Centro-Oeste	4	20
Região Sul	2	10
Região Norte	2	10
Região dos Vales	2	10
Região da Serra	0	0
<b>Setor que trabalha atualmente</b>		
Coordenadoria Regional de Saúde	13	65
Departamento de Regulação Estadual	2	10



Departamento de Ações em Saúde	2	10
Centro Estadual de Vigilância em Saúde	1	5
Ouvidoria do SUS	1	5
Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1	5

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados coletados da pesquisa (2020).

Legenda: n – Número de participantes.

**Tabela 2.** Experiência profissional dos fonoaudiólogos atuantes no contexto de gestão em saúde de um Estado da região sul do Brasil

Questões	n	%
<b>Teve contato com o tema de gestão em saúde durante a graduação de Fonoaudiologia?</b>		
Sim	3	15
Não	17	85
<b>Teve experiência profissional em fonoaudiologia antes de trabalhar em seu cargo atual?</b>		
Sim	18	90
Não	2	10
<b>Em que área foi a experiência profissional? *</b>		
Ensino	5	25
Assistência	19	95
Gestão em Saúde	4	20
<b>Teve capacitação quando ingressou no cargo de gestão em saúde pública?</b>		
Sim	1	5
Não	19	95

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados coletados da pesquisa (2020).

Legenda: n – Número de participantes.

\*Nesta variável, o número total de respostas foi maior do que o n da amostra, visto que a questão foi de múltipla escolha. Sendo assim, as participantes podem ter respondido mais de uma opção de área de experiência profissional.

## Quadros

**Quadro 1.** Modalidades e temas de estudo dos profissionais fonoaudiólogos atuantes na gestão em saúde de um Estado da região do sul do Brasil

<b>Categorias</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>N</b>
Especialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saúde Coletiva;</li> <li>- Saúde Pública;</li> <li>- Saúde Mental Coletiva;</li> <li>- Vigilância em Saúde do Trabalhador;</li> <li>- Planejamento e Gestão em Saúde;</li> <li>- Gestão do Trabalho;</li> <li>- Gestão de Redes de Atenção à Saúde;</li> <li>- Gestão de Saúde Informada por Evidências;</li> <li>- Direito Sanitário;</li> <li>- Preceptoria no SUS;</li> <li>- Residência em Saúde da Família;</li> <li>- Residência Multiprofissional em Sistema Público de Saúde;</li> <li>- Motricidade Orofacial;</li> <li>- Audiologia;</li> <li>- Fonoaudiologia;</li> <li>- Linguagem;</li> <li>- Psicopedagogia Institucional;</li> <li>- Docência em LIBRAS.</li> </ul>	15
Mestrado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saúde Coletiva;</li> <li>- Distúrbios da Comunicação Humana;</li> <li>- Pediatria.</li> </ul>	7
Doutorado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saúde Coletiva;</li> <li>- Distúrbios da Comunicação Humana.</li> </ul>	2
Pós-graduação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reabilitação Vestibular e Desordens do Equilíbrio.</li> </ul>	1

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados coletados da pesquisa (2020).

Legenda: N - Número de ocorrências.

**Quadro 2.** Atribuições do profissional fonoaudiólogo inserido no âmbito da gestão em saúde pública de um Estado da região sul do Brasil

<b>Categorias</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>N</b>
Regulação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede de Saúde da Pessoa com Deficiência;</li> <li>- Organização de fluxos e serviços;</li> <li>- Regulação e agendamento para Neurologia/Neurocirurgia, Otorrinolaringologia, Fonoaudiologia, Oftalmologia, Traumatologia/Ortopedia, Reabilitação Auditiva, Física, Visual, Intelectual e Estomias;</li> <li>- Regulação do acesso à agenda de cirurgia plástica e encaminhamento de casos de fissura palatina e/ou labial;</li> <li>- Regulação e agendamento de exames auditivos;</li> <li>- Atendimento a pacientes e familiares para orientação e encaminhamento aos serviços de reabilitação;</li> <li>- Acompanhamento Política Pública da RCPCD;</li> <li>- Ações/intervenções de TAN;</li> </ul>	15

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão da Central de Regulação Ambulatorial;</li> <li>- Elaboração/revisão de protocolos clínicos;</li> <li>- Classificação de risco e de acesso;</li> <li>- Observação do tempo oportuno de intervenção;</li> <li>- Monitorar GUD;</li> <li>- Habilitação de serviços de assistência de alta complexidade;</li> <li>- Esclarecimentos de demanda de casos fonoaudiológicos;</li> <li>- Apoio técnico aos responsáveis municipais e prestadores de serviço;</li> <li>- Suporte aos profissionais nas respostas da Ouvidoria do SUS.</li> </ul>	
Coordenação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atenção Básica;</li> <li>- Política de Equidades em Saúde;</li> <li>- Saúde Auditiva;</li> <li>- Saúde da Pessoa com Deficiência;</li> <li>- Vigilância em Saúde do Trabalhador do Estado;</li> <li>- Política de Humanização;</li> <li>- Política de Educação Permanente em Saúde;</li> <li>- Ouvidoria do SUS;</li> <li>- Atuação na VISAT (saúde auditiva e vocal do trabalhador);</li> <li>- Fiscalização de contratos dos prestadores de serviços da região de saúde;</li> <li>- Monitoramento dos serviços do SUS de reabilitação e TAN;</li> <li>- Orientações às SMS da região de saúde e aos fonoaudiólogos atuantes no SUS;</li> <li>- Suporte técnico aos fonoaudiólogos que atuam no SUS na região de saúde;</li> <li>- Visita técnica aos serviços;</li> <li>- Estimulação do trabalho multidisciplinar nas CRS e nos municípios da região de saúde;</li> <li>- Suporte nas CRS;</li> <li>- Monitoramento e avaliação de ações na área Materno Infantil;</li> <li>- Autorização de laudos para AASI;</li> <li>- Relatórios mensais e anuais;</li> <li>- Preenchimento dos instrumentos de gestão da SES, como PES e RDQA.</li> </ul>	15
Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação das políticas de saúde pública;</li> <li>- Saúde da pessoa com deficiência;</li> <li>- Equidades em saúde;</li> <li>- Saúde do trabalhador;</li> <li>- Saúde da mulher.</li> </ul>	13
Intersetorialidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho intersetorial com Políticas Públicas da SES;</li> <li>- Trabalho conjunto e participação nos espaços de controle social, tais como o CES;</li> <li>- Papel de articulação entre atenção primária e secundária (especializada) em saúde;</li> <li>- Participação no Grupo de Planificação em Saúde;</li> <li>- Secretaria executiva da CIR;</li> <li>- Participação no Núcleo de Assessoramento Técnico ao Ministério Público Estadual;</li> <li>- Apoio na saúde do trabalhador e NURESC;</li> <li>- Participação do grupo de monitoramento, avaliação e trabalho no NURAS.</li> </ul>	9
Planejamento e	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento de contratos hospitalares e clínicas renais;</li> </ul>	8

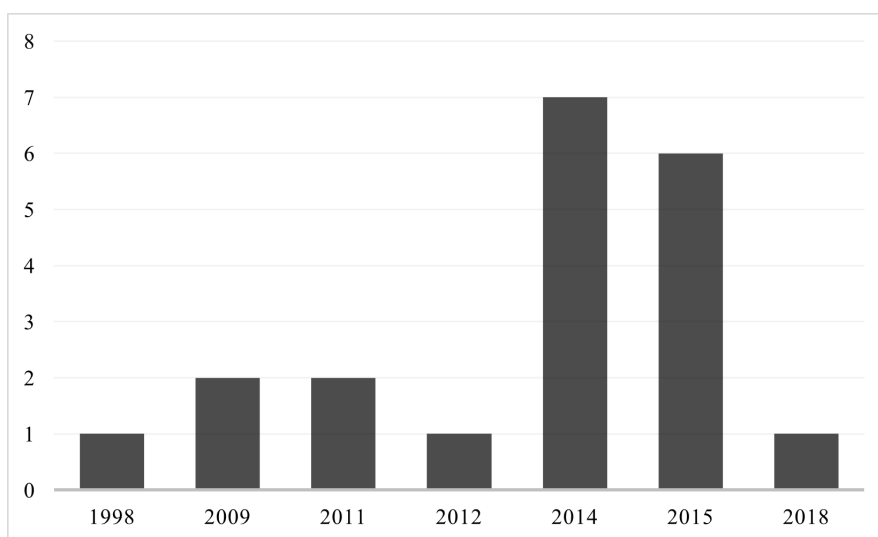
monitoramento	- Tratamento Fora do Domicílio Interestadual; - Resposta às demandas judiciais.	
Educação em saúde	- Educação permanente em saúde acerca da saúde da pessoa com deficiência; - Elaboração de seminários, fóruns e eventos sobre a RCPcD; - Tutoria e facilitação em oficinas e capacitações acerca do cuidado materno infantil; - Capacitação para ouvidores/atendentes da SES no nível central e para municípios.	5
Residência em saúde	- Preceptoría de núcleo e de campo da Residência Multiprofissional.	1

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados coletados da pesquisa (2020).

Legenda: N - Número de ocorrências; RCPcD - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; GUD - Sistema de Gerenciamento de Usuários; VISAT - Vigilância em Saúde do Trabalhador; SUS - Sistema Único de Saúde; TAN - Triagem Auditiva Neonatal; SMS - Secretaria Municipal de Saúde; CRS - Coordenadoria Regional de Saúde; AASI - Aparelho de Amplificação Sonora Individual; SES - Secretaria Estadual de Saúde; PES - Plano Estadual de Saúde; RDQA - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior; CES - Conselho Estadual de Saúde; CIR - Comissão Intergestores Regional; NURESC - Núcleo Regional de Educação em Saúde Coletiva; NURAS - Núcleo Regional de Ações em Saúde.

## Figuras

**Figura 1.** Ano de inserção do profissional fonoaudiólogo no contexto de gestão em saúde pública em um Estado da região Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados coletados da pesquisa (2020).

Submissão: 10/01/2022

Aceite: 08/05/2022